

RELATÓRIO DA ANÁLISE DE PROJETOS PROPOSTOS NO ANO DE 2021

INTRODUÇÃO

O grupo de monitoramento do legislativo do Observatório Social do Brasil de São Paulo realizou o levantamento e a análise da atividade de projetos propostos do ano de 2021, de forma igual ao que vinha realizando desde o ano de 2017.

Como metodologia para a realização da atividade em 2021, foram distribuídas entre os voluntários planilhas individuais dos vereadores, para o levantamento dos projetos propostos (Fonte: <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/>) e sua classificação em categorias, pré-estabelecidas pela equipe.

Tendo em vista que as categorias trazem um certo grau de subjetividade, após os dados serem levantados, as planilhas foram enviadas para os vereadores de São Paulo (Incluindo os suplentes que chegaram a ser empossados em algum momento do ano e assinaram projetos legislativos) para confirmação das informações.

Entretanto o retorno a estas solicitações foi baixíssimo, com somente cinco legisladores tendo dado respostas dentro do prazo estipulado, denotando falta de interesse dos parlamentares em atender a pedidos de informações da sociedade civil organizada. A análise a seguir, portanto, levou em consideração todas as demais informações levantadas como devidamente confirmadas, com as planilhas individuais dos vereadores, a planilha geral estando presente em nosso site para consulta pública e a planilha geral com as assinaturas de cada vereador nos projetos das áreas de desenvolvimento social e saúde e esporte.



A ANÁLISE

O ano de 2021, igual ao ano de 2020, foi marcado pela continuação da pandemia de Covid-19, no entanto diferente do primeiro ano do evento pandêmico, o segundo ano foi marcado pela vacinação, o que permitiu o retorno gradativo das atividades presenciais nas instituições do Estado, inclusive da Câmara dos Vereadores.

Quando se fala da função de proposição de lei em números absolutos, houve um aumento na quantidade de assinaturas feitas pelos vereadores, no total foram 2176 assinaturas, representando um diferencial quando se compara com os quatro anos anteriores, como se pode ver nas duas tabelas a seguir:

Quadro1 - PROJETOS PROPOSTOS LEGISLATURA 2017-2020

Categoria	2017	2018	2019	2020	total	%
Adm. Pública	140	35	55	108	338	6,16%
Combate à Corrupção	26	0	1	9	36	0,66%
Datas comemorativas e homenagens diversas	222	246	357	162	987	17,98%
Denominação de logradouro	194	213	231	169	807	14,70%
Desenvolvimento econômico	108	38	64	87	297	5,41%
Desenvolvimento social	203	74	87	211	575	10,48%
Educação e cultura	112	70	94	119	395	7,20%
Frente Parlamentar	187	11	59	84	341	6,21%
Habit. E Urbanismo	116	63	61	61	301	5,48%
Lei Orgânica	17	12	10	19	58	1,06%
Meio Ambiente	52	70	61	19	202	3,68%
Mobilidade, Trânsito e Transporte	66	37	72	48	223	4,06%
Proteção Animais	38	12	20	16	86	1,57%
Regimento Interno	22	7	7	5	41	0,75%
Saúde e Esporte	135	64	84	219	502	9,15%
Segurança Pública	21	14	32	12	79	1,44%
Transparência	7	7	35	21	70	1,28%
Tributação, Arrecadação Isenções	27	31	35	57	150	2,73%
Total de projetos no ano	1693	1004	1365	1426	5488	100,00%

Fonte: Observatório Social do Brasil - São Paulo



Quadro 2 - PROJETOS PROPOSTOS LEGISLATURA 2021-2024

Categoria	2021	2022	2023	2024	total	Frequência
Adm. Pública	133				133	6,11%
Combate à Corrupção	8				8	0,37%
Datas comemorativas e homenagens diversas	216				216	9,93%
Denominação de lograd	231				231	10,62%
Desenvolvimento econo	97				97	4,46%
Desenvolvimento social	260				260	11,95%
Educação e cultura	204				204	9,38%
Frente Parlamentar	266				266	12,22%
Habit. E Urbanismo	155				155	7,12%
Lei Organica	31				31	1,42%
Meio Ambiente	64				64	2,94%
Mobilidade	62				62	2,85%
Proteção Animais	67				67	3,08%
Regimento Interno	7				7	0,32%
Saúde e Esporte	248				248	11,40%
Segurança Pública	56				56	2,57%
Transparência	25				25	1,15%
Tributação	46				46	2,11%
Total de projetos no a	2176	0	0	0	2176	100,00%

Fonte: Observatório Social do Brasil – São Paulo.

Possivelmente os projetos propostos foram impactados pela pandemia de Covid-19, refletindo-se nas categorias de projetos que os vereadores mais assinaram ao longo do ano de 2021.

Pela primeira vez, em números absolutos, os projetos na área de frente parlamentar foram as mais assinadas, com 266 assinaturas, representando 12,22% do total.

O que é Frente Parlamentar?

De acordo com a CMSP: “Grupos suprapartidários de atuação voltada, em conjunto com a sociedade civil e outros órgãos públicos, ao debate e aprimoramento da legislação e de políticas públicas no âmbito de sua competência. Têm tratamento autônomo em relação a qualquer Comissão Permanente ou Temporária. Atuam dentro ou fora das dependências da Câmara Municipal, de acordo com seu propósi-



to” (fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/atividade-legislativa/frentes-parlamentares/>).

Às 266 assinaturas foram distribuídas em 34 projetos, conforme se verifica no quadro 3, a seguir, que também destaca os temas objeto da criação das frentes parlamentares ao longo do ano de 2021.

Note-se que algumas das frentes foram criadas com o mesmo objeto, e que nem todas foram efetivamente transformadas em normas, o que nos leva a algumas reflexões:

- Qual a intenção dos vereadores ao criar tais frentes?
- Qual a tramitação e participação da sociedade civil?
- Existe uma conclusão da Frente Parlamentar, com apresentação de eventuais resultados obtidos?

Outra constatação interessante (a conferir posteriormente) é que, comparando-se o quadro 1 com o quadro 3, verificam-se muitos projetos de Frente Parlamentar no primeiro ano de mandato. Qual seria uma justificativa para esta incidência?

Quadro - 3 Projetos de Frente Parlamentar Propostos em 2021



Projeto	Tema	Norma
PR 54/2021	Serviço Público Municipal	
PR 53/2021	Desenvolvimento e Atividade Econômica da Zona Leste da Cidade de São Paulo	16/2021
PR 51/2021	Defesa da Mobilidade Cicloviária e da Bicicleta.	18/2021
PR 50/2021	Contra a Reforma da Previdência Municipal □SAMPAPREV II	
PR 47/2021	Defesa do Saneamento, resíduos sólidos e meio ambiente.	
PR 46/2021	Juventude na Cidade de São Paulo	
PR 45/2021	Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Doenças Raras.	15/2021
PR 44/2021	Apoio às Bandas e Fanfarras da Cidade de São Paulo.	
PR 43/2021	Defesa da implantação definitiva do campus da Unifesp Zona Leste	
PR 40/2021	Combate ao Suicídio e Autolesão e dá outras providências□	
PR 39/2021	Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar das Mudanças Climáticas no Município de São Paulo.	
PR 36/2021	Defesa do esporte e do futebol de várzea na Cidade de São Paulo.	17/2021
PR 34/2021	Defesa da Adoção, do Acolhimento Familiar	
PR 32/2021	Ambientalista.	8/2021
	Apoio e Desenvolvimento aos setores Turístico, Hoteleiro,	
PR 29/2021	Gastronômico, de Sistemas Expositores, de Eventos, Negócios e de Lazer, e dá outras providências	
PR 26/2021	Cooperação e Interlocação das Associações e Entidades de Fomento ao Empreendedorismo na Cidade de São Paulo.	14/2021
PR 25/2021	Defesa do Setor de Entretenimento, Turismo, Esporte, Cultura e Eventos em Geral da Cidade de São Paulo.	13/2021
PR 23/2021	Infraestrutura e Engenharia de São Paulo	11/2021
PR 21/2021	Defesa da Vida, da Família e do Direito Natural.	5/2021
PR 20/2021	integração Cidade de São Paulo e Cuba	
PR 19/2021	Comércio, Empreendedorismo e Serviços da cidade de São Paulo	
PR 18/2021	Apoio à Cultura e à Educação, diante das dificuldades ocasionadas pela pandemia	
PR 17/2021	Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação no Município de São Paulo	
PR 15/2021	Apoio à Cultura e à Educação, diante das dificuldades ocasionadas pela pandemia	
PR 12/2021	Combate a pandemia da COVID-19	
PR 11/2021	Combate ao Racismo	
PR 9/2021	Combate à fome.	3/2021
PR 8/2021	Fortalecimento do Terceiro Setor	
PR 7/2021	Combate e Prevenção ao Suicídio e Autolesão	
PR 6/2021	Defesa dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	7/2021
PR 5/2021	Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família	
PR 4/2021	Fiscalização, Acompanhamento e controle do processo de evolução da vacinação contra a Covid-19 na cidade de São Paulo.	
PR 3/2021	Educação Básica	
PR 2/2021	LGBTQIA+ por Direitos e Cidadania.	

Fonte: Extraído de <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Pesquisa/IndexProjeto>

Em seguida aparecem os projetos nas áreas de desenvolvimento social e saúde e esporte que tiveram um aumento significativo na quantidade absoluta de assinaturas em ambas quando somadas, indo de 430 em 2020 para 508 em 2021. Entretanto, quando se fala em aspectos proporcionais, o valor percentual cai: as assinaturas em projetos propostos nas áreas de desenvolvimento social e saúde e esporte representavam 30,14% do total em 2020, mas em 2021 representaram 23,35%. E a explicação para essa queda pode ser encontrada em outras categorias.



No ano de 2021, em número absolutos, o total de assinaturas em áreas como proteção dos animais e segurança pública chegam a quase o total feito nas proposições que ocorreram na legislatura anterior em ambas. Já em números percentuais, quando comparados com 2020, proporcionalmente as assinaturas na área de proteção dos animais subiram de 1,12% em 2020 para 3,08% do total em 2021; já em segurança pública o número salta de 0,84% em 2020 para 2,57% em 2021.

Outras áreas que tiveram aumento percentual no total de assinaturas entre 2020 e 2021 foram meio ambiente, habitação e urbanismo e educação e cultura que subiram, respectivamente, de 1,33% para 2,94%, de 4,27% para 7,12% e de 8,34% para 9,38%, além de todas estas categorias terem aumentado em números absolutos.

Quando se trata de projetos de baixo impacto, as categorias que comumente mais se destacam são as relacionadas a denominação de logradouro e a datas comemorativas e homenagens diversas. Na legislatura anterior já houve anos nos quais estas duas categorias chegaram a receber quase metade do total de assinaturas, sendo 46% do total em 2018 e 43% em 2019. E esta queda no percentual das mesmas no total de assinaturas continuou em 2020, indo para 23%, e posteriormente em 2021 passaram a ser 20,55%.

Quando se trata de números absolutos, nos anos de 2017, 2018 e 2019, a área de datas comemorativas e homenagens diversas, em 2019 foi a mais assinada. Já em 2020, quando desenvolvimento social foi a categoria mais assinada, ela caiu para a quarta colocação e em 2021 foi para quinto lugar, quando a área de frente parlamentar foi a mais assinada.

Por fim, outro ponto a destacar são as assinaturas em projetos nas categorias de combate a corrupção e transparência.



No tocante aos projetos de lei na área de combate à corrupção a quantidade de assinaturas permaneceu baixa em 2021, com um total de 8 assinaturas, e os projetos nesta área giraram em torno da obrigatoriedade da prestação de informações ao legislativo sobre alterações das tarifas do serviço transporte público de passageiros do município, da retomada da gestão administrativa e pedagógica de equipamentos repassados à gestão indireta por associações e OSCIPs para o provimento da educação infantil de 0 a 3 anos de idade e da política municipal de fiscalização, prevenção e combate a adulteração e comercialização de combustíveis adulterados.

Quando comparada com 2017, ano em que esse valor de assinaturas era de 26, considera-se um número baixo. E sobre os baixos números de assinaturas encontrados na área de combate a corrupção, algumas suposições podem ser feitas baseadas tanto no contexto de época, assim como no desenrolar dos anos seguintes.

Vale destacar que em meados de 2017 o Brasil ainda vivia as atividades da Operação Lava Jato, que se apresentou como uma operação que visava combater a corrupção, sendo que mesma também foi uma das principais motivadoras do surgimento de indivíduos, grupos políticos e movimentos que defendiam o enfrentamento a práticas corruptas na sociedade. No entanto, o que se observou nos anos seguintes foi o progressivo esvaziamento desta causa, o que leva a supor que a bandeira do combate à corrupção não passou de mera retórica que serviu para promover os projetos de poder de alguns setores da sociedade. E isto não foi diferente na Câmara dos Vereadores de São Paulo, porque no ano de 2018 não houve nenhuma assinatura em projetos para esta área, em 2019 este número sobe para 1, em 2020 aumenta para 9 e em 2021 cai para 8.

O dever de agora é observar se o número de assinaturas em projetos de combate à corrupção vai aumentar ou se vai estagnar ou diminuir.



Já o número de assinaturas em projetos de lei na área de transparência no ano de 2021 foi de 25 ao todo. Quando comparado com a sequência histórica, que surgiu em 2017, este chega a ser um número alto para a área, ficando atrás apenas do ano de 2019 quando houve 35 assinaturas ao todo.

Na área de transparência os projetos giraram em torno da consolidação da política de dados abertos e transparência no âmbito do município, combate a notícias falsas, digitalização de documentos físicos do município, a criação de um observatório de dados abertos do município e divulgação de informações relacionadas a obras, contaminação por covid-19, vacinação, contratos de terceirização de serviços e os processos administrativos relacionados a regularização fundiária.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É válido e importante destacar que o exercício do controle social é extremamente necessário para saber se as instituições estão em bom funcionamento e se mantêm sintonia com as demandas e a realidade da sociedade, além de ajudar a sociedade a propor caminhos para melhorar a gestão pública, a fomentar a participação social na administração pública e a levar conhecimento ao público.

A princípio, nota-se que a Câmara dos Vereadores no ano de 2021 esteve mais ativa na questão de proposição de projetos legislativos que nos anos anteriores. Além disso, pelo segundo ano os projetos propostos em áreas de grande impacto permaneceram como as mais assinadas, a saber: desenvolvimento social e saúde e esporte. Isto é muito positivo.

No entanto é importante dar atenção para saber se isto é apenas uma questão mais relacionada a pandemia ou se realmente o poder legislativo municipal está começando a dar atenção a áreas de grande importância social, pois as áreas de denominação de logradouro e datas comemorativas e homenagens diversas ainda permanecem como uma das categorias mais assinadas na Câmara, com esta última tendo subido da quarta colocação em 2020 para a terceira colocação em 2021.

Já o ponto negativo está a baixa assinatura em projetos de transparência e de combate a corrupção. É de grande importância que os legisladores deem mais atenção a estas áreas que possuem uma dependência mútua, pois a baixa transparência torna mais difícil a elaboração e a avaliação de políticas públicas, dificulta o combate a corrupção e inviabiliza o controle social do poder público pela sociedade.